

**Águas do Planalto - Sociedade Concessionária
do Sistema de Abastecimento e Distribuição
de Água, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Planalto - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 13.713.120 Euros e um total de capital próprio de 6.712.409 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.857.795 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e do anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

Águas do Planalto - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Águas do Planalto - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade e os negócios da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 3 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC

Registo na OROC n.º 1496

Registo na CMVM n.º 20161106



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500[®] entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13^º, 4150-146 Porto

 águas do planalto

RELATÓRIO E CONTAS

2024



ÍNDICE

1	MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
2	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
3	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	6
4	SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2024	8
5	ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	21
6	PERSPETIVAS PARA O FUTURO	24
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
8	OUTRAS INFORMAÇÕES	26
9	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 foi mais um ano de grande instabilidade social e económica a nível Internacional, com a continuação de conflitos armados em torno do espaço europeu e grandes incertezas acerca das políticas económicas e estratégicas dos Estados Unidos da América. Tratou-se de um ano com todo um figurino mundial de grande complexidade e muito pouca estabilidade. Apesar de tudo isto o nosso País conseguiu ter um crescimento do PIB, mesmo que inferior ao ano anterior, e a inflação teve um abrandamento em relação a períodos homólogos, mas mesmo assim longe dos objetivos delineados.

Esperemos que este clima de instabilidade global se desvaneça, que todos os esforços de acabar rapidamente com os conflitos armados sejam bem sucedidos e que possamos voltar a viver tempos de Paz e prosperidade no contexto Mundial.

No contexto interno da empresa, esta instabilidade faz-se sentir na cadeia de valor, ao nível dos preços e da logística, contudo o ano de 2024, foi mais um ano em que a Águas do Planalto mais uma vez se focou em garantir e apresentar os altos níveis de serviço a que há muito nos habituou. Foi também o ano em que se avançou numa solução de consenso com vista ao reequilíbrio económico financeiro do contrato de concessão e estamos confiantes que o mesmo terá todas as condições de ser concretizado durante o ano de 2025.

A Águas do Planalto como sempre agradece a confiança que a sua Concedente, os Municípios e os seus clientes depositam na empresa, é com grande satisfação que continuará a trabalhar para manter e melhorar o serviço que presta todos os dias aos Concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

2 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

BREVE HISTORIAL

A ÁGUAS DO PLANALTO foi constituída em maio de 1997. Tendo iniciado a operação do sistema de abastecimento e distribuição de água em junho de 1998.

A Empresa tem por Missão a Exploração e Gestão, em regime de concessão, dos Serviços de Abastecimento e Distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

A Exploração e Gestão dos Serviços referidos abrangem a Conceção e Construção das Obras Anexas à Concessão. As Obras Anexas à Concessão são constituídas pelo sistema integrado de Abastecimento de Água em Alta que compreende nomeadamente uma Barragem de Reserva e Captação, Estações de Tratamento e Bombagem, Reservatórios, condutas Adutoras e um Sistema de Controlo e Comando e, por um conjunto de Intervenções nos sistemas existentes.

O Contrato de Concessão tem uma duração de 30 anos.



ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Planalto é uma empresa com um capital de 2.675.000 euros detido a 100% pela Aquapor-Serviços, S.A..

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira - Presidente;

Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;

Dr. Hugo Alexandre Marques Martins– Vogal.

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferrelra



3

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Utilizadores e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

VALORES

A ÁGUAS DO PLANALTO pretende manter uma cultura própria – transversal ao GRUPO AQUAPOR – através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o Contrato de Concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao Contrato de Concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Potenciar a atividade dos Colaboradores para a criação de valor;
- Otimizar a Formação dos Colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de Informação.

Área Técnica:

- Garantir adequada qualidade da água distribuída;
- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas de água na rede.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos nossos Utilizadores;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Desenvolver novos serviços procurando a satisfação do Utilizador.

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os gastos da estrutura.

4 SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2024

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

O ano de 2024 foi marcado pela persistência de tensões geopolíticas, com a guerra na Ucrânia a manter-se sem uma resolução à vista e o conflito no Médio Oriente a continuar num estado de instabilidade. Apesar da volatilidade dos mercados, o impacto nos preços da energia foi mais moderado do que em anos anteriores.

Na área do euro, a Inflação não desceu de forma sustentada ao longo do ano, mantendo-se acima da meta voltando a acelerar nos últimos meses. Em resposta, o Banco Central Europeu reduziu as taxas de juro em outubro e dezembro, numa tentativa de impulsionar a economia, mas manteve uma postura cautelosa face às pressões inflacionárias persistentes.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2022	2023	2024
Euribor 1M	-0,01%	3,17%	3,60%
Euribor 3M	0,23%	3,35%	3,61%
Euribor 6M	0,53%	3,56%	3,53%
Euribor 12M	0,92%	3,85%	3,31%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, apesar dos desafios orçamentais e incertezas externas.

O crescimento do **PIB** desacelerou de 2,5% em 2023 para 1,7% em 2024, (menos 0.8 p.p.), refletindo uma moderação da atividade económica, devido a fatores externos e a outros fatores estruturais da economia.

No mercado de trabalho, verifica-se uma ligeira redução da **taxa de desemprego** em 0,1 p.p, verificando-se uma estabilização, embora sem grandes melhorias significativas.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**, registou uma variação média anual de 2,4% em 2024, inferior aos 4,3% observados em 2023.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2022	2023	2024
PIB	6,8%	2,5%	1,7%
IPC	7,8%	4,3%	2,4%
IHPC	8,1%	5,3%	2,6%
Desemprego	6,2%	6,5%	6,4%
Consumo Privado*	5,6%	2,0%	3,0%
Consumo Público*	1,4%	0,6%	1,1%
Exportações*	17,4%	3,5%	3,9%
Importações*	11,1%	1,7%	5,2%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados Dezembro de 2024

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2024

Ao nível nacional, foi aprovado o PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2024, existem atualmente em Portugal 351 entidades gestoras, das quais 229 com atividade de abastecimento público de água, 225 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2024), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (173) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal 221 entidades no abastecimento de água e 213 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,4 milhões de habitantes e 144

concelhos, assim como os serviços municipalizados ou Intermunicipalizados, com 2,4 milhões de habitantes e 22 concelhos, seguindo-se as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 69 concelhos, e as concessões municipais, com cerca de 1,6 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,0 milhões de habitantes e 141 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes em 68 concelhos, as concessões municipais, com 1,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	23	21	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	30	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	9
Serviços Municipais	143	141	205
TOTAL	221	213	236

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2024).

Abastecimento de água em Portugal continental		Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa		Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área mediamente urbana	96%	Área mediamente urbana	89%
Área predominantemente rural	94%	Área predominantemente rural	78%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2024 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – adesão ao serviço, reabilitação de condutas e produção própria de energia. Destaca também a água não faturada e as perdas reais de água.

- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, monitorização da condição de coletores, adequação dos recursos humanos no tratamento de águas residuais, controlo de descargas de emergência e de tempestade e cumprimento dos requisitos de descarga.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 23 concessões existentes, a Aquapor detém 8, representando 41% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	8	340	44 675	15,2
Concessões Municipais	23	822	95 084	15,2
País	221	5 728	839 869	26,9

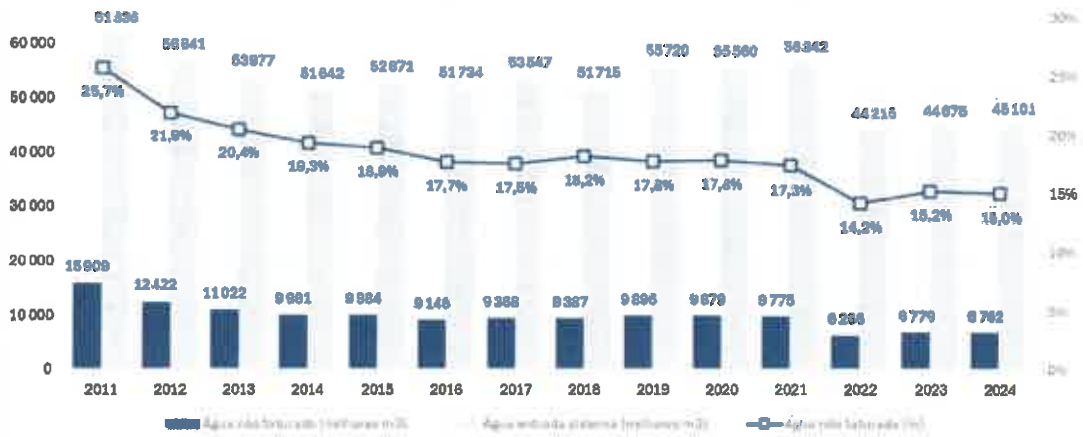
Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

Quanto à água não faturada, segundo o RASARP 2024, a média continental foi de 26,9% referente ao ano 2023, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 15,2% no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2024, em que o nível de água não faturada foi de 15,0%.

De referir que a descida dos volumes e número de clientes desde 2021 se deve ao término de duas das concessões do grupo: Águas do Sado, em 2022 e Águas do Lena, em 2023.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	44 215	44 675	45 101
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	6 266	6 779	6 762
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%	14,2%	15,2%	15,0%
Clientes (nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060	344 067	338 983	341 732

(*) Valores em milhares m³



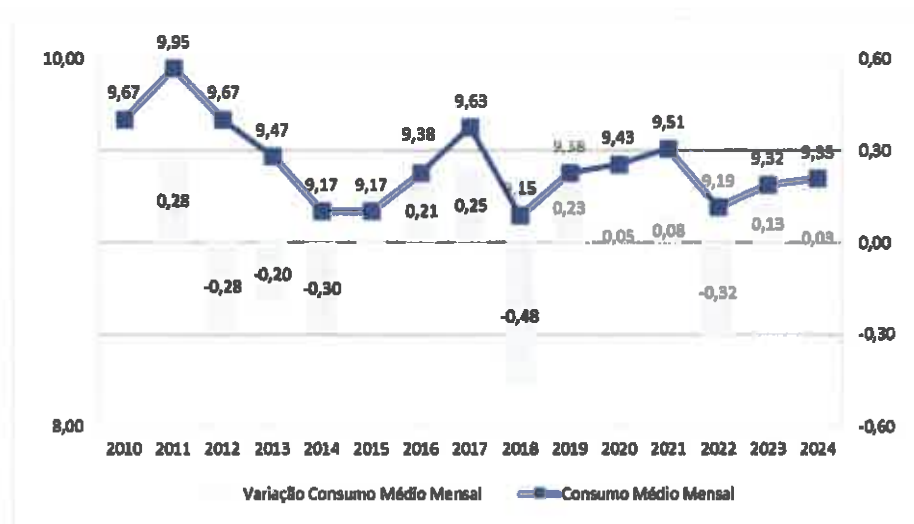
No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP 2024.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos, apenas invertida de 2022 a 2024 devido ao término das duas concessões já referenciadas.



Quanto ao consumo, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um ligeiro aumento de 0,03 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,35 m³/Cliente/mês.



ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas do Planalto, S.A., é concessionária por um período de 30 anos em regime de exclusividade dos Serviços de Abastecimento e Distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, que abrange uma área geográfica de 1.051 km² e uma rede de abastecimento com 1.802km.

A Exploração e Gestão dos Serviços referidos Incluíam a Conceção e Construção das Obras Anexas à Concessão, já plenamente executadas e em exploração. As Obras Anexas à Concessão são constituídas pelo sistema integrado de Abastecimento de Água em Alta que compreende nomeadamente uma Barragem de Reserva e Captação, Estações de Tratamento e Bombagem, Reservatórios, Conduções Adutoras e um Sistema de Controlo e Comando e, por um conjunto de intervenções nos sistemas existentes.

A população servida, nos cinco municípios, é de 62.687 habitantes. Existe uma grande dispersão geográfica (1.051km²), razão pela qual existem ainda várias origens de água, designadamente nos Municípios de Mortágua e Tábua.

O abastecimento aos Municípios de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tondela e parte de Mortágua e Tábua é assegurado pelo sistema em alta com origem de captação na Barragem do Paúl.

A área de concessão é, de acordo com a tipologia da Entidade Reguladora, predominantemente rural.

A Implantação comercial e industrial é baixa apresentando um peso de 6% no número de Utilizadores e 16% no volume de água vendida.

Os Utilizadores são maioritariamente do tipo doméstico (89%).

Os consumos médios gerais verificados são muito baixos, cerca de 6,6m³ por mês, apresentando para os clientes domésticos um consumo médio de 5,2m³.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da Concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água, está regulada por:

- Contrato de Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água dos concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, estabelecido com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) em julho de 1997 e renegociado em dezembro de 2007, passando o prazo global da concessão para 30 anos, com término em 2027.
- O Tarifário do Sistema de Abastecimento de Água é revisto de acordo com a fórmula de revisão de preços constante no Contrato de Concessão e, entra em vigor quando aprovado pela Entidade Concedente.
- O Regulamento do Serviço de Distribuição de Água, estabelece e define as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial de água na área de intervenção da Águas do Planalto.
- - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR; entidade reguladora da atividade do abastecimento público de água às populações. Anualmente a Concessionária é alvo de auditoria por parte do Regulador;
- Com uma periodicidade anual, a Águas do Planalto, enquanto Entidade Gestora, tem como responsabilidade, submeter à aprovação da ERSAR o plano de controlo da qualidade da água (PCQA) para o ano seguinte e proceder ao preenchimento da base de dados visando a “Avaliação de Desempenho Entidades Gestoras”.
- Delegações de Saúde Concelhias no âmbito da vigilância da qualidade de água para consumo humano.
- Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito do licenciamento e concessões das captações de água para abastecimento e da gestão dos recursos hídricos.

REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social.

A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne periodicamente.

A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações Internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de Investimentos.



FACTOS RELEVANTES

Durante o Ano 2024, a Concessionária manteve o habitual envolvimento com a comunidade local da área de concessão: municípios, movimento associativo e comunidade escolar.

A empresa participou nos certamos locais dos Municípios da área de concessão:

- Em junho participámos na Feira Comercial e Industrial de Tábua;
- Em julho participámos na Feira de Carregal do Sal;
- Em agosto participámos nas Festas de Santa Comba Dão;
- Em setembro participámos na Feira Industrial e Comercial de Tondela.

A ÁGUAS DO PLANALTO continua a ser uma referência na qualidade da água para consumo humano, tendo sido distinguida pela Entidade Reguladora com o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano do ano 2024.

A ÁGUAS DO PLANALTO participou nas Inicliativas do GRUPO SAUR: SquadEasy e Safety Day Event



DESEMPENHO DA EMPRESA

Durante o ano 2024 não se registaram anomalias graves no abastecimento de água às populações abrangidas pela concessão.

Encerrámos o ano 2024 com um índice de água não faturada de 15,5%.

Volume de Água (m ³)	2020	2021	2022	2023	2024	Var. %
Água Tratada (Captada + Comprada)	3 387 564	3 399 254	3 468 287	3 475 293	3 479 210	0,1%
Água Vendida	2 818 496	2 858 853	2 911 547	2 902 961	2 939 360	1,3%
Água não Faturada % (1)	16,8%	15,9%	16,1%	16,5%	15,5%	-1,0 p.p.

(1) Inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Todas as atividades de manutenção e conservação dos sistemas, sob gestão da Concessionária, foram asseguradas.

Roturas na Rede

O número de roturas na rede de distribuição de água mantém-se elevado, tendo-se registado 1.271 roturas durante o ano. Registamos uma redução de 6% face ao número de ocorrências no ano anterior.

O Município de Tábua mantém-se como o local de maior índice de ocorrências, representando 33%. A persistência de elevados números de roturas reforça a necessidade de a Entidade Concedente proceder à renovação das redes de distribuição.

Roturas	2020	2021	2022	2023	2024	Var. %
Roturas	1 315	1 295	1 266	1 354	1 271	-6%



SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água de acordo com o Decreto-Lei nº 69/2023 de 21 de agosto, com a realização de análises aos seguintes parâmetros:

Tipos de análises	2020	2021	2022	2023	2024
Controlo Rotina 1	864	882	930	927	1 539
Controlo Rotina 2	883	940	785	998	1 257
Controlo Inspeção	1 061	1 275	1 629	1 444	3 650
Parâmetros individuais	915	625	1 190	1 110	2 097

Outras ações:

A **campanha de divulgação sobre a obrigatoriedade de ligação** mencionando os benefícios ambientais e de saúde pública, bem com Informação sobre as eventuais colmas a aplicar aos infratores, continuou a ser uma tarefa quotidiana da Concessionária.

A **campanha de sensibilização da população sobre os benefícios do consumo de água da rede pública de abastecimento** continuou a permitir potenciar a imagem da empresa

A empresa continuou a aprofundar a sua **política de proximidade com os Utilizadores**, potenciando a notoriedade e preocupação social da Concessionária, continuando a promover

ações com vista à celebração de contratos de fornecimento de água através de contacto direto com os Utilizadores.

Todos os Colaboradores, enquanto funcionários da empresa e membros da comunidade local, continuam a sua ação de Inculcar na população um espírito pedagógico, que permita atuar sobre a urgência **de saber gerir a água** e, sobre os benefícios do consumo de água tratada e controlada distribuída na rede pública.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos a Empresa tem o modelo estabelecido consolidado, atendendo à especificidade da Concessão – 5 Municípios dispersos por uma área territorial de cerca de 1.051 km² e uma extensão de condutas de 1.802km.

Sistemas de Informação

As ferramentas informáticas de apoio à Concessionária encontram-se perfeitamente consolidadas.

Apesar da área de concessão ser predominantemente rural a adesão à fatura eletrónica conta com uma adesão de 40,5%.

RELAÇÕES COM O CONCEDENTE

As relações com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão desenrolaram-se de forma próxima e cooperativa no cumprimento do Contrato de Concessão.

RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Nas relações com a comunidade a Concessionária privilegiou o contacto com Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Delegados de Saúde e Comunidade Escolar.

5

| ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota introdutória

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Planalto, S.A., no exercício de 2024, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou no ano de 2024, um Resultado Líquido positivo de 1.857.795 euros:

Demonstração dos Resultados	(Em Euros)			
	2022	2023	2024	Var. %
Vendas	6 910 928	7 808 176	8 129 997	4%
Prestações de Serviços	286 085	343 744	375 961	9%
Volume de Negócios	7 197 011	8 151 920	8 505 958	4%
CMVMC	48 528	76 262	84 300	11%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 056 470	1 927 735	2 210 314	15%
Gastos com o Pessoal	1 073 454	1 260 723	1 186 483	-6%
Outros Resultados Operacionais	109 795	78 229	(15 195)	119%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	4 128 354	4 965 429	5 009 666	1%
Amortizações	2 173 943	2 166 513	2 465 785	14%
Resultado operacional (RO)	1 954 411	2 798 916	2 543 881	-9%
Resultados Financeiros	(210 665)	(52 081)	8 592	-116%
Resultados Antes de Impostos	1 743 746	2 746 835	2 552 472	-7%
Imposto Sobre o Rendimento	422 640	706 773	694 677	-2%
Resultado Líquido do Exercício	1 321 106	2 040 062	1 857 795	-9%

O volume de negócios apresenta um aumento de 4% quando comparado com o ano de 2023 por via de atualização tarifária, bem como do incremento dos volumes de água vendida.

O resultado operacional diminuiu em 9%, com o impacto da redução em gastos com pessoal em 6% e aumento de fornecimento e serviços externos em 15% (subcontratos – conservação e reparação) e amortizações em 14%.

ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço	(Em Euros)			
	2022	2023	2024	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	10 639 047	8 664 213	6 820 866	-21%
Ativos por Impostos Diferidos	107 714	70 249	86 257	23%
Contas a Receber	3 047 110	1 141 314	1 141 314	0%
Outros	5 543	5 570	5 570	0%
Total dos Ativos não Correntes	13 799 413	9 881 346	8 054 006	-18%
Clientes	1 060 132	1 332 784	1 423 057	7%
Contas a Receber	455 773	492 181	490 190	0%
Inventários	36 899	49 840	46 824	-6%
Outros	3 629 367	4 031 700	3 699 044	-8%
Total dos Ativos Correntes	5 182 171	5 906 505	5 659 114	-4%
Total do Ativo	18 981 584	15 787 851	13 713 120	-13%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	6 118 574	6 893 391	6 712 409	-3%
Dívidas a Pagar	345 396	227 500	201 279	-12%
Financiamentos Obtidos	4 889 396	2 489 712	20 845	-99%
Outros	583 263	416 301	440 003	6%
Total dos Passivos não Correntes	5 818 055	3 133 513	662 127	-79%
Financiamentos Obtidos	2 066 238	2 295 820	2 372 347	3%
Contas a Pagar	4 978 717	3 465 127	3 966 237	14%
Total dos Passivos Correntes	7 044 955	5 760 947	6 338 584	10%
Total do Passivo	12 863 010	8 894 460	7 000 711	-21%
Total do Capital Próprio e do Passivo	18 981 584	15 787 851	13 713 120	-13%

O Total do Ativo atingiu, no final de 2024 um total de 13.7 Milhões de Euros, o que representa uma redução de 2.1 Milhões de Euros face a 2023.

O valor dos **Ativos não Correntes** apresenta uma variação negativa 1.8 Milhões de Euros como resultado das depreciações dos ativos.

Os **Ativos Correntes** tiveram uma variação negativa de 0.2 Milhões de Euros.

A variação negativa de 181 Milhares de Euros verificado no **Capital Próprio** é justificado pelo resultado líquido do exercício.

Os **Passivos não Correntes** diminuíram 2.5 Milhões de Euros, sendo este decréscimo consequência da amortização da dívida bancária, bem como do ajustamento no valor dos instrumentos de cobertura do empréstimo bancário.

O valor dos **Passivos Correntes** aumenta em 0.6 Milhões de Euros via das outras dívidas pagar e financiamentos obtidos.



6

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

A Concessionária tem os seguintes objetivos para o ano 2025:

- **Sensibilizar as Autarquias para a necessidade de cumprimento legal da obrigatoriedade de ligação por parte dos utilizadores com rede de distribuição de água disponível.**
- **Continuar a demonstrar, junto da Entidade Concedente, a crescente necessidade de renovação de redes de distribuição de água.**
- **Coordenar com a Entidade Concedente as obrigações resultantes do Decreto-Lei 69/2023 de 21 de agosto.**
- **Motivar os colaboradores a participarem em futuras iniciativas do GRUPO SAUR.**



7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2024, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Associação de Municípios da Região do Planalto Belrão;
- O Acionista pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da Empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da Empresa;
- Os Utilizadores, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da Empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os trabalhadores da Concessionária, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



8

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2024 para além da Informação divulgada na Nota dos Acontecimentos Após a Data do Balanço, no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2024.

A sociedade não tem sucursals.

9

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 1.857.795 euros positivos, tenha a seguinte distribuição:

Um total de 1.857.795 euros, para distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



José António Ferreira dos Santos



Hugo Alexandre Marques Martins

Lisboa, 05 de março de 2025

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 E RESPECTIVO ANEXO

Águas do Planalto, S.A.

BALANÇO

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	57 741	40 906
Ativos Intangíveis	7	6 763 124	8 623 307
Outros Investimentos Financeiros		5 570	5 570
Outros Créditos a Receber	13	1 141 314	1 141 314
Ativos por Impostos Diferidos	12	86 257	70 249
		<u>8 054 006</u>	<u>9 881 346</u>
Ativo Corrente			
Inventários	9	46 824	49 840
Clientes	13.1	1 423 057	1 332 784
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	3 109	5 354
Outras Créditos a Receber	13.3	487 081	486 827
Diferimentos	15.2	543	(708)
Caixa e Depósitos Bancários	4	3 698 501	4 032 408
		<u>5 659 114</u>	<u>5 906 505</u>
Total do Ativo		13 713 120	15 787 851
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.7	2 675 000	2 675 000
Reservas Legais	15.2	535 000	535 000
Resultados Transitados	15.2	1 659 334	1 659 334
Ajustamentos/Outras Variações no Cap.Pro.	13.6	(14 720)	(16 005)
Resultado Líquido do Período	15.2	1 857 795	2 040 062
Total do Capital Próprio		6 712 409	6 893 391
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	421 009	395 649
Financiamentos Obtidos	13.5	20 845	2 489 712
Outros Passivos Financeiros	13.6	18 994	20 652
Outras Dívidas a Pagar	13.4	201 279	227 500
		<u>662 127</u>	<u>3 133 513</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.2	276 346	272 104
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	166 132	159 837
Financiamentos Obtidos	13.5	2 372 347	2 295 820
Outras Dívidas a Pagar	13.4	3 523 759	3 033 185
		<u>6 338 584</u>	<u>5 760 947</u>
Total do Passivo		7 000 711	8 894 460
Total do Capital Próprio e Passivo		13 713 120	15 787 851

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Águas do Planalto, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Quantias em Euros

	Notas	30/12/2024	31/12/2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	8 505 958	8 151 920
Subsídios à Exploração		-	11 743
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(84 300)	(76 262)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(2 210 314)	(1 927 735)
Gastos com o Pessoal	14	(1 186 483)	(1 260 723)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(7 587)	(1 551)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(40 365)	80 948
Outros Rendimentos	15.4	134 829	47 981
Outros Gastos	15.5	(102 071)	(60 892)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		5 009 666	4 965 429
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(2 465 785)	(2 166 513)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		2 543 881	2 798 916
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	248 280	282 713
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(239 688)	(334 794)
Resultado antes de Impostos		2 552 472	2 746 835
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(694 677)	(706 773)
Resultado Líquido do Período		1 857 795	2 040 062

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



Águas do Planalto, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Quantias em Euros

		Capital Subscrito (Nota 13.7)	Reservas Legais (Nota 15.2)	Resultados Transitados (Nota 15.2)	Ajust. em Ativos e Passivos Financeiros (Nota 13.6)	Resultado Líquido do Período (15.2)	Total de Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	2 675 000	535 000	1 659 334	(71 866)	1 321 106	6 118 574
APLICAÇÃO DE RESULTADOS							
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	132 106	-	(1 321 106)	(1 189 000)
	2			132 106		(1 321 106)	(1 189 000)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Ganhos Líquidos em coberturas		-	-	-	55 861	-	55 861
	3				55 861		55 861
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4					2 040 062	2 040 062
RESULTADO INTEGRAL	5=3+4				55 861	2 040 062	2 095 923
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições	6	-	-	(132 106)	-	-	(132 106)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	7=1+2+3+4+6	2 675 000	535 000	1 659 334	(16 005)	2 040 062	6 893 391
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	7	2 675 000	535 000	1 659 334	(16 005)	2 040 062	6 893 391
APLICAÇÃO DE RESULTADOS							
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	2 040 062	-	(2 040 062)	
	8			2 040 062		(2 040 062)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Ganhos Líquidos em coberturas		-	-	-	1 285	-	1 285
	9				1 285		1 285
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	10					1 857 795	1 857 795
RESULTADO INTEGRAL	11=9+10					1 857 795	1 857 795
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições	12	-	-	(2 040 062)	-	-	(2 040 062)
	12			(2 040 062)			(2 040 062)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	13=7+8+9+10+12	2 675 000	535 000	1 659 334	(14 720)	1 857 795	6 712 409

Conselho de Administração

Contabilista certificado

Águas do Planalto, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		13 553 975	12 083 285
Pagamentos a Fornecedores		(3 155 801)	(3 565 875)
Pagamentos ao Pessoal		(960 825)	(1 102 810)
Caixa gerada pelas operações		9 437 249	7 414 600
Pagamentos/recebimentos do Imposto sobre o rendimento		(690 007)	(418 223)
Outros recebimentos / pagamentos		(4 055 418)	(2 636 143)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		4 691 824	4 360 235
Fluxo de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Intangíveis		(499 239)	(259 010)
		(499 239)	(259 010)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		23 887	8 814
		23 887	8 814
Fluxo de caixa das atividades de Investimento (2)		(475 352)	(250 197)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13.5	(2 295 820)	(2 066 238)
Juros e gastos similares		(214 497)	(319 654)
Dividendos	15.2	(2 040 062)	(1 321 106)
		(4 550 379)	(3 706 997)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		(4 550 379)	(3 706 997)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-333 907,00	403 041
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4 032 408	3 629 367
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 698 501	4 032 408

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas do Planalto, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente Indicado de outra forma)

Identificação da Entidade

As Águas do Planalto, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em 24 de abril de 1997, tendo como objeto social a exploração e gestão dos serviços de abastecimento e distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, em regime de exclusividade.

A empresa tem a sua sede em Mosteiro de Fráguas – Tondela, Portugal. As Águas do Planalto são detidas a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 10 de julho de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação de Municípios do Planalto Beirão e a Águas do Planalto, S.A., pelo prazo inicial de 15 anos, mediante uma renda total de 4.863.279 Euros, entretanto prorrogado em dezembro de 2007 para 30 anos. O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 10 de setembro de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Planalto, S.A.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas e utensílios integrados nos sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das Infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de Investimento e a sua exploração. A concedente financiará as intervenções nos sistemas existentes bem como as 1ª e 2ª fases do sistema Integrado de Abastecimento em Alta, com um preço total de 17.185.609 euros.

De acordo com o contrato de concessão, estas Infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor de 324.219 euros no 1º ano e seguintes (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

A partir de 1 de janeiro de 2007, na sequência de um aditamento ao contrato de concessão celebrado em julho de 2006 e de um posterior acordo com a Associação de Municípios do Planalto Belrão, a retribuição à concedente foi revista para 785.000 euros/ano.

A 13 de dezembro de 2007 foi assinado um novo aditamento ao contrato de concessão que estabeleceu:

- O pagamento de uma parcela fixa de 22.250.000 euros (realizado em 2007) destinado a compensar os investimentos realizados pela concedente;
- Uma renda anual de 65.000 euros a partir de janeiro de 2008 com atualizações de acordo com o contrato de concessão;
- A extensão do período da Concessão de 15 anos inicialmente previstos, para 30 anos;
- A obrigação, para a Concessionária, de realizar Investimentos em Infraestruturas da concessão, no montante de 2.750.000 euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2024 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a Informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Foram reavaliados os ativos e passivos da empresa, sendo que se concluiu que o ativo apresenta os valores realizáveis da empresa e o passivo as responsabilidades existentes e conhecidas à data.

3.2 Políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 - Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das Infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a

favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo Intangível. Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Com exceção dos Terrenos que não são depreciables, os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Terrenos	0%	0%
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/ Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de Inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do Imobilizado a que respeitem e são depreciadas no período remanescente da vida útil desse Imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contábilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com Imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a Imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contábilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de Investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de Imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por Imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciable sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Direitos de Utilização	25,24%	20,45%
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Outros bens Reversíveis	25,24%	20,45%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/ reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de Infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de Investimentos Iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações Iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os Investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos Investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;

- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,2% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,2%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 25,2% e os 27,20%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso Inspeções, reclamações ou Impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada

empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (I) ao custo amortizado; e (II) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2024 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(e1) Ao custo amortizado

São mensurados "ao custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(i) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(iii) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(e2) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados
Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registado em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

(e3) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(e4) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para Investimento de Substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(k) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(l) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(m) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(m.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

(m.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano Inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e o
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(n) Ativos e Passivos contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(0) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a

data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos fatos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avallado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2024	2023
Caixa	500	500
Depósitos à Ordem	2 431 830	2 734 836
Outros Depósitos Bancários	1 266 171	1 297 072
	3 698 501	4 032 408

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prestação de Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Planalto, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Planalto presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Planalto recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	Juros de Contratos Mútuos	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administração e apoio comercial.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviços	Compras de Serviços	Créditos a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Créditos a receber	Dívida a pagar
Aquapor Serviços	2024	-	473 994	18 320	94 266	1 141 314	711 059
	2023	-	442 562	20 816	731 734	1 141 314	-
Luságua Ambiente	2024	-	259 931	-	47 222	-	-
	2023	-	246 910	-	48 093	-	-

O saldo de Acionistas refere-se a um Empréstimos concedidos à empresa mãe no valor de 1.141.314 Eur com vencimento semestral.

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2024	2023
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	72 582	54 084
Total de remunerações	72 582	54 084

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e amortização acumulada e perdas por Imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:					
1 de Janeiro de 2023	33 762 719	17 800	271 895	169 085	34 221 499
Aumentos	36 843	-	-	146 948	183 792
Transferências	240 067	-	-	(240 067)	-
Abates	(21 160)	-	-	-	(21 160)
31 de dezembro de 2023	34 018 469	17 800	271 895	75 967	34 384 131
Aumentos	586 131	-	-	-	586 131
Transferências	75 967	-	-	(75 967)	-
31 de dezembro de 2024	34 680 567	17 800	271 895	-	34 970 262
Amortizações e Imparidade:					
1 de Janeiro de 2023	23 382 967	17 800	219 245	-	23 620 012
Amortizações	2 143 266	-	10 769	-	2 154 036
Abates	(13 224)	-	-	-	(13 224)
31 de dezembro de 2023	25 513 009	17 800	230 014	-	25 760 823
Amortizações	2 435 743	-	10 571	-	2 446 314
31 de dezembro de 2024	27 948 752	17 800	240 585	-	28 207 137
Valor líquido contabilístico:					
A 31 de dezembro de 2024	6 731 815	-	31 310	-	6 763 124
A 31 de dezembro de 2023	8 505 460	-	41 880	75 967	8 623 307
A 1 de Janeiro de 2023	10 379 752	-	52 650	169 085	10 601 487

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica de "Outros Credores – Associação de Municípios do Planalto Beirão".

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por Imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Fixos Tangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2023	30 128	152 657	52 498	99 084	86 843	421 210
Aumentos	-	6 788	6 460	2 100	475	15 823
31 de dezembro de 2023	30 128	159 445	58 958	101 185	87 318	437 034
Aumentos	-	-	9 931	11 993	14 383	36 306
31 de dezembro de 2024	30 128	159 445	68 889	113 177	101 700	473 339
Depreciações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2023	30 128	128 311	49 412	97 145	78 654	383 650
Depreciações	-	5 644	3 244	1 188	2 402	12 477
31 de dezembro de 2023	30 128	133 954	52 657	98 333	81 056	396 128
Depreciações	-	5 761	4 458	3 363	5 889	19 471
31 de dezembro de 2024	30 128	139 716	57 114	101 696	86 945	415 599
Valor líquido contábilístico:						
A 31 de dezembro de 2024	-	19 729	11 775	11 481	14 755	57 741
A 31 de dezembro de 2023	-	25 491	6 301	2 852	6 262	40 906
A 1 de janeiro de 2023	-	24 346	3 086	1 940	8 188	37 560

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2024	2023
9 contratos de aluguer de viaturas (2024)	237 824	10 792
	237 824	10 792

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2024	2023
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	54 094	7 959
Mais de um ano	183 730	2 832
Total dos Pagamentos	237 824	10 792

9. Inventários

A quantia total escriturada de Inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2024	2023
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, Subs. e de Consumo	46 824	49 840
	46 824	49 840

As quantias de Inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2023	(36 899)	(36 899)
Compras	163 001	163 001
Existências em 31 de dezembro de 2023	(49 840)	(49 840)
	76 262	76 262
Existências em 1 de Janeiro de 2024	(49 840)	(49 840)
Compras	180 964	180 964
Existências em 31 de dezembro de 2024	(46 824)	(46 824)
	84 300	84 300

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2024	2023
Vendas		
Água	4 725 183	4 550 034
Quota serviços água	3 404 815	3 258 142
	8 129 997	7 808 176
Prestações de Serviços		
Abertura água	54 807	53 872
Fecho água	134 663	131 811
Contratos de abastecimento	73	-
Abertura ramais água	81 622	64 192
Deslocações	547	199
Outros serviços	104 249	93 670
	375 961	343 744
	8 505 958	8 151 920

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado Interno.

11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de janeiro de 2023	85 578	404 956	490 534
Reversões do ano	-	(80 948)	(80 948)
Ajustamento temporal	(13 936)	-	(13 936)
A 31 de dezembro de 2023	71 642	324 008	395 649
A 1 de Janeiro de 2024	71 642	324 008	395 650
Reversões do ano	(15 005)	(18 958)	(33 963)
Aumentos do ano	-	59 323	59 323
A 31 de dezembro de 2024	56 637	364 373	421 009

12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Imposto Corrente		
IRC do ano	711 058	685 526
Imposto Diferido Ativo	(16 381)	21 247
	694 677	706 773

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC se manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes de impostos	2 552 472	2 746 835		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	574 306	618 038	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	33 963	94 884		
Impostos Diferidos	33 963	94 884	(4,30%)	(4,78%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Donativos	750			
Créditos incobráveis	12 539			
Multas, colmas e juros compensatórios	50	0		
Amortizações não aceites fiscalmente	326 718			
Provisões para além limites legais	59 323	10 769		
Outros	7 417	-		
	406 798	10 770	(7,59%)	(4,09%)
Lucro tributável	2 925 307	2 662 721		
Prejuízos fiscais dedutíveis				
Matéria Coletável	2 925 307	2 662 721		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	612 315	557 171	23,99%	20,28%
Tributação autónoma	12 105	53 533	0,47%	1,95%
Derrama	43 880	39 941	1,72%	1,45%
Derrama Estadual	42 759	34 882	1,68%	1,27%
Utilização de perdas fiscais	-	-	0,00%	0,00%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(16 381)	21 247	(0,64%)	0,77%
	82 363	149 602	3,23%	5,45%
Imposto sobre o rendimento	694 677	706 773	27,22%	25,73%

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Impostos diferidos ativos						
Provisões não aceites fiscalmente	81 983	65 602	(16 381)	21 247	-	-
Justo valor do Swap	4 274	4 647	-	-	(373)	(16 217)
Total	86 257	70 249	(16 381)	21 247	(373)	(16 217)

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2024	2023
Não corrente			
Outras contas a receber			
Acionistas - Contrato mútuo		1 141 314	1 141 314
Outros Ativos financeiros			
		1 141 314	1 141 314
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		1 510 699	1 412 840
Imparidade		(87 642)	(80 055)
		1 423 057	1 332 784
Outros créditos a receber			
Outros		487 081	486 827
		487 081	486 827
Instrumentos Financeiros Passivos		2024	2023
Não corrente			
Financiamentos obtidos			
		20 845	2 489 712
Outros passivos financeiros			
		18 994	20 652
Outras contas a pagar			
		201 279	227 500
		241 118	2 737 864
Corrente			
Fornecedores			
		276 346	272 104
Financiamentos obtidos			
		2 372 347	2 295 820
Outras dívidas a pagar			
		3 523 759	3 033 185
		6 172 452	5 601 110

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

O contrato mútuo acionista tem data fim de 30 de abril de 2028 com vencimento de juros semestrais à Taxa Euribor 180d e margem 2,5%.

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida					
			< 30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2024	1 510 699	1 088 613	204 895	45 712	36 524	30 783	17 467	86 705
Ano 2023	1 412 840	1 088 950	-	-	21 740	28 734	20 358	253 058

Os movimentos de imparidade do exercício relativamente a clientes apresentam-se no quadro seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2024					
Clientes	80 055	7 587	-	-	87 642
	80 055	7 587	-	-	87 642
Exercício de 2023					
Clientes	78 504	1 551	-	-	80 055
	78 504	1 551	-	-	80 055

13.2 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Fornecedores conta corrente		
Gerais - nacionais	153 397	206 503
Gerais - países comunitários	3 169	(172)
Gerais - outras partes relacionadas	108 723	65 728
Faturas em receção e conferência	11 057	45
	276 346	272 104

13.3 Outros créditos a receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	487 081	486 827
	487 081	486 827

13.4 Outras dívidas a pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

O saldo da rubrica "Outros Credores – Associação de Municípios do Planalto Beirão" é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

	2024	2023
Outras dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Associação Munic. Planalto - renda da concessão	201 279	227 500
	201 279	227 500
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de Investimento	170 690	75 967
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	151 482	123 523
Compra de Água	-	-
Juros Encargos a Liquidar	12 706	31 148
Fornecimentos e serviços por faturar	175 270	93 640
Diversos	797 386	555 590
Outros credores		
CM Tondela - Tarifa Saneamento	58 390	58 390
CM Santa Comba Dão - Resíduos	99 932	100 491
CM Tábua - Resíduos	158 766	114 391
CM Carregal do Sal - Resíduos	132 435	88 041
CM Mortágua - Resíduos	101 126	122 188
CM Tondela - Resíduos	388 766	400 554
CM Assoc Municípios do Planalto Beirão	7 667	7 807
Associação Munic. Planalto - renda da concessão	85 032	133 658
AINTAR Saneamento	476 689	441 296
Cauções Clientes	(4 000)	(4 000)
Aquapor - Dividendos	-	-
Outros	711 421	690 502
	3 523 759	3 033 185

O saldo da rubrica "Outros Credores – outros" é referente à estimativa de Imposto do exercício a pagar à Aquapor Serviços, S.A. no âmbito do RETGS (Nota 12.).

13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2024	2023
Não correntes		
Empréstimos bancários		
BPI	10 423	1 244 856
CGDI	10 422	1 244 856
	20 845	2 489 712

Correntes		
Empréstimos bancários		
BPI	1 186 174	1 147 910
CGDI	1 186 174	1 147 910
	2 372 347	2 295 820

13.6 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Derivados com cobertura eficaz		
“Swap” de taxa de juro	18 994	20 652
	18 994	20 652

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, a Águas do Planalto, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com o Banco Português de Investimento e com a Caixa Geral de Depósitos, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros a pagar até 17 de novembro de 2025. A empresa Águas do Planalto, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa apresenta um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com o BPI e com a CGD, como se segue:

O nacional do contrato de swap em 31 de dezembro de 2024 ascende a 1.186.174 euros (2023: 2.334.083 euros) e o correspondente justo valor (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap) àquela data, é de cerca de 18.994 euros (2023: 41.304 euros) a favor da entidade bancária.

As quantias resultantes da alteração de justo valor de Instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2024	2023	Varição de Justo Valor	2024
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
“Swap's” de taxa de juro variável	20 652	(1 658)	18 994
Imposto Diferido	(4 647)	373	(4 274)
	16 005	(1 285)	14 720

Ano de 2023	2022	Varição de Justo Valor	2023
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Variação em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz "Swap's" de taxa de juro variável	92 730	(72 078)	20 652
Imposto Diferido	(20 864)	16 218	(4 647)
	71 866	(55 861)	16 005

13.7 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal emitido são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 535.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2024	2023
Capital social nominal emitido	2 675 000	2 675 000
Aquapor - Serviços, S.A.	2 675 000	2 675 000
	2 675 000	2 675 000

13.8 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2024:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
97/122/43599	BPI	2 432 786		Assoc. Municípios Planalto Belrão	Gestão da Concessão
98/189/50464	BPI	7 500	Cartões galp frota	Petrogal	Cartões de combustíveis

13.9 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro

- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de Instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do "justo valor" desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

A Empresa tem contratado um contrato de Swap por forma a mitigar o risco de taxa de juro.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, outros créditos a receber e as outras dívidas a pagar.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	902 292	854 782
Indemnizações		140 312
Encargos sobre remunerações	191 991	185 080
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11 009	15 444
Gastos de ação social	43 121	39 531
Outros gastos com o pessoal	38 071	25 574
	1 186 483	1 260 723

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2024 foi de 51 (2023: 49 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento	3 109	2 938
IVA	-	2 416
	3 109	5 354
Saldo a Pagar		
IVA	28 299	12 963
Contribuição para a Segurança Social	16 342	18 826
Outras Tributaçãoes	121 491	128 048
	166 132	159 837

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de Imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por contas das Empresa do grupo inseridas no RETGS (Nota 13.4).

15.2 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	535 000	1 659 334	1 321 106	3 515 440
	535 000	1 659 334	1 321 106	3 515 440
Distribuição de Dividendos	-	(1 321 106)	-	(1 321 106)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	1 321 106	(1 321 106)	-
Resultado do ano	-	-	2 040 062	2 040 062
Saldo em 31 de dezembro de 2023	535 000	1 659 334	2 040 062	4 234 397
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	535 000	1 659 334	2 040 062	4 234 396
Distribuição de Dividendos	-	(2 040 062)	-	(2 040 062)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	2 040 062	(2 040 062)	-
Resultado do ano	-	-	1 857 795	1 857 795
Saldo em 31 de dezembro de 2024	535 000	1 659 334	1 857 795	4 052 130

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 28 de março de 2024, o resultado líquido do exercício de 2023, no valor de 2.040.062 Euros fosse para distribuição de dividendos.

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 27 de abril de 2023, o resultado líquido do exercício de 2022, no valor de 1.321.106 Euros fosse para distribuição de dividendos.

15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Subcontratos	571 982	498 255
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	620 928	514 339
Publicidade e propaganda	38 129	3 446
Vigilância e segurança	5 560	2 407
Honorários	14 244	15 619
Comissões	235	284
Conservação e reparação	187 015	57 202
Outros	4 204	(3 335)
Materials		
Ferramentas e utensílios	1 857	3 026
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	2 515	2 318
Artigos para oferta	2 990	(1)
Energia e Fluidos		
Eletricidade	257 283	383 491
Combustíveis	67 526	64 493
Água	99	-
Outros Fluidos	59 565	62 267
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	3 373	1 252
Transportes de Pessoal	-	-
Transportes de Mercadorias	-	-
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	172 665	143 217
Comunicação	85 470	78 451
Seguros	35 933	33 590
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	580	(127)
Despesas de representação	312	449
Limpeza, higiene e conforto	10 632	8 993
Gastos de pesquisa (Nota 7.8)		
Outros	67 217	58 099
	2 210 314	1 927 735

15.4 Outros Rendimentos

A rubrica "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Rendimentos Suplementares		
Outros	58 909	40 545
Outros		
Encargos com cobranças	1 312	1 227
Imputação de Subsídios para Investimentos	-	-
Diferenças Pagamentos	45	5 445
Indemnização Seguradora	-	-
Outros não especificados	74 564	763
	134 829	47 981

15.5 Outros Gastos

A rubrica "Outros Gastos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Impostos	54 580	39 071
Dívidas Incobráveis	12 539	10 509
Perdas em Inventários	105	-
Gastos e perdas em Investimentos não financeiros		
Abates	-	7 935
Outros		
Donativos	750	-
Insuficiência de estimativa para Impostos	7 417	-
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	50	-
Outros não especificados	26 631	3 376
	102 071	60 892

15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica "Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 8)	19 471	12 477
Ativos Intangíveis (Nota 7)	2 446 314	2 154 036
	2 465 785	2 166 513

15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Juros Obtidos		
De depósitos bancários	31 849	11 752
Atraso de pagamento de clientes		5 582 4 705
Outros proveitos e ganhos financeiros		210 849 266 257
		248 280 282 713

15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Juros Suportados		
Empréstimos bancários	189 094	274 459
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços bancários	21 129	20 713
Renda da concedente	12 320	23 657
Outros	17 145	15 964
	239 688	334 794

16. Aspectos Ambientais

Em 2024 a sociedade não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2024 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 05 de março 2025.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2024 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2024, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;
- d) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2025, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado

